

SOCIALIZAR O MERCADO OU DESMERCANTILIZAR A SOCIEDADE: OS CAMINHOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NA BUSCA PELO RECONHECIMENTO DE SEU TRABALHO

Política Econômica e Economia Solidária

Felipe Vella Páteo – ITCP-USP felipe.pateo@gmail.com

Resumo:

O trabalho busca esclarecer quais são as principais estratégias defendidas pelos teóricos da economia solidária para a inserção dos empreendimentos no mercado e as suas consequências. Para tanto é realizada uma demarcação conceitual buscando situar as diferenças de concepção teórica e suas implicações, apresentada sob a forma de dois grandes pólos: aqueles que defendem a imbricação do mercado em valores sociais e aqueles que defendem a necessidade de concorrência no mercado da forma como ele se apresenta atualmente, um terceiro pólo, menos significativo na economia solidária é composta pelos que são contra a existência de qualquer tipo de mercado. Como conclusão são expostas as limitações e potenciais encontrados em cada uma das principais estratégias utilizadas, a partir da experiência obtida pelo autor em seu trabalho na ITCP-USP e da análise de relatórios da instituição, sem a pretensão do estabelecimento de afirmações definitivas, mas sim de um desenlace de perspectivas.

Palavras-chave: Mercado, Economia Solidária, Autogestão

1 – O mercado para os autores referência da economia solidária

1.1 Marcos Arruda - O papel do mercado dentro da economia do amor

Arruda (2000, APUD: VIEIRA, 2005: 118) aproxima-se de Polanyi (2000) quando denuncia a ética perversa do mercado total, onde “tudo que impede a liberdade do capital agir... é mau”. Desta forma o que Arruda propõe, passa pelas redes de colaboração solidária. O ponto crucial não é a extinção do mercado, mas a sua regulamentação e subordinação às demais esferas da vida, propondo um rompimento com a ética centrada neste. (ARRUDA, 2000)

Como caminho para a transição à economia amorosa, Arruda (2000, APUD: VIEIRA, 2005: 133) aponta a coexistência:

“Durante uma longa etapa, vai ser necessário combinar duas estratégias, a de competir no mercado dominado pela lógica competitiva do capital, e a de construir relações de troca intercooperativa, onde prevalecem as vantagens cooperativas, o planejamento participativo, a complementaridade, a partilha e a solidariedade”.

Esta estratégia de transição reflete sua atuação no GT de comercialização do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, onde as entidades membros aplicavam-na como uma dupla estratégia comercial (com diferenças em sua essência): “uma para o mercado capitalista... e outra para o interior do mundo associativo e cooperativo”. (ARRUDA, 2000, pg212)

Sobre essa segunda estratégia, Arruda (2000: 219) falará mais à frente que: “na prática, os mercados, mesmo quando há cooperativas vendendo e comprando entre si, jogam as pessoas umas contra as outras”. O autor então se propõe a pensar como seria possível competir com outro espírito, que ao mesmo tempo em que promovesse o interesse do próprio empreendimento, promovesse o dos demais empreendimentos e do sistema como um todo. Este mercado solidário deveria combinar cooperação e competição, mas seu conteúdo concreto ainda estaria para ser definido.

1.2 Euclides Mance – Redes: Formas de Mercado Solidário

A grande ênfase dada no consumo consciente como instrumento viabilizador dos empreendimentos de economia solidária sugere a grande importância dada à atuação militante e de conscientização pessoal pelo autor, mas também há espaço para a proposta de organização de compras comunitárias, que transforma o consumo em um ato coletivo.

Para Mance (2003) o mapeamento das necessidades de consumo e das possibilidades de produção de uma dada comunidade tornaria possível o estabelecimento de uma rede, o autor descreve inclusive os passos para tal construção. Nesta rede, são primordiais o fluxo de informações, os instrumentos de finanças solidárias e o estudo dos fluxos econômicos, para os quais conta-se com o desenvolvimento da tecnologia.

Mance (1999 apud VIEIRA 2005), critica os modelos que propõem a interação dos empreendimentos com as economias capitalistas e defende os clubes de troca (LETS – Local Exchange Trade Systems) e o comércio justo, alegando que este seria possível a todas as classes sociais. No entanto, ao abordar a questão do direcionamento do consumo através de moedas sociais, o autor defende que a moeda em si não garante a existência de padrões de sociabilidade diferentes nem a expansão da rede.

Na verdade a expansão da rede dependeria de ações coordenadas, com o sentido de direcionamento dos excedentes de produção para o investimento na inserção de novas unidades produtivas, aumentando a complementaridade dentro desta. (MANCE, 2002).

Por fim pode concluir-se que Mance acredita em uma economia solidária restrita àquelas pessoas conscientizadas, defendendo o mínimo possível de interações com o mercado capitalista, mas com uma atuação militante para trazer pequenos capitalistas para as redes de consumo e comercialização solidárias (MANCE, 2002).

Dentro das redes, a relação entre consumidores e produtores ainda se daria no mercado, mesmo que operando sobre outros princípios, sendo este um mercado protegido e planejado com o auxílio de um coordenador.

1.3 José Luis Coraggio - Diferentes formas de reconhecimento do trabalho social e de institucionalização do econômico

Coraggio (2000) afirma, sobre a questão das redes a importância de que estas canalizem intercâmbios substantivos de bens e serviços aumentando a interdependência entre os setores da economia popular. Define-as como mercados com concorrência cooperativa ou solidária, de forma que:

“é possível haver relações de mercado que não sejam aquelas que se caracterizam pelo intercâmbio desigual capitalista, nem, tampouco, pelo canibalismo que é típico do mercado dos vendedores ambulantes”. (CORAGGIO 2000: 122)

Sendo os mercados alienantes se deixados livres para a concorrência global, são indispensáveis para a coordenação de sistemas complexos e em constantes mudanças.

Coraggio (2001 APUD VIEIRA 2005) avança na questão do mercado ao propor uma visão mais ampla, em que o objetivo dos EES seja a obtenção do reconhecimento social do trabalho e não simplesmente a venda de produtos. Coraggio (2007d) explorará este sentido ao colocar o problema não no que é produzido mas nos critérios utilizados pela sociedade para reconhecimento do trabalho realizado.

Desta forma ele aponta o erro de se esperar que a economia popular possa atingir graus de racionalidade econômica (baseados em estudos de mercado) que nem mesmo as empresas capitalistas, excetuando-se as grandes corporações, conseguem atingir.

A proposta é de superação da análise microeconômica, substituindo-a por uma análise em termos de conjuntos completos de empreendimentos. A execução de planos de viabilidade inseridos no contexto de planejamento de uma comunidade local reduz as incertezas, pois não se planeja em função de um mundo desconhecido, pelo contrário, se planeja em função das necessidades identificadas da comunidade. (CORAGGIO, 2007d)

Nesse sentido, de maneira coadunada com o que havia escrito em 2000, o autor propõe que o trabalho dos empreendimentos seja valorizado socialmente não só do ponto de vista comercial, mas do ponto de vista cultural e ideológico. Por isso Coraggio (2007c) advoga a superação da relação custo-qualidade, de forma que se passe a enxergar como variável relevante as condições de trabalho dos produtores e as preocupações ambientais.

O autor (CORAGGIO, 2007a) propõe, então, ações promovendo os diferentes princípios de institucionalização do econômico da forma como foram colocados por Polanyi (2000) (acrescentando o princípio do planejamento participativo) para promover o setor da economia social.

Sobre o princípio de administração da unidade doméstica, aquele em que o fundo de trabalho é utilizado para a produção para o autoconsumo próprio ou coletivo da unidade em questão, o autor propõe a busca por uma maior autarquia de subsistência possível. Já as relações de reciprocidade são apontadas como normalmente encontradas como ações de resistências das classes populares, originando-se da própria necessidade de ajuda mútua.

A proposta para o princípio de redistribuição, por sua vez, é a de que os recursos da sociedade sejam redistribuídos de forma mais progressiva e com maior participação e autonomia daqueles que receberão os recursos. Por fim, sobre o mercado, Coraggio afirma a necessidade de seu controle social e estatal tanto para evitar os abusos monopolistas e de sobre exploração como a competição ruinosa entre pequenos produtores. Desta forma, o preço não seria determinado pela relação mecânica entre oferta e demanda mas pela consideração do preço justo social e ambientalmente. Cooperativas de consumo de bens e serviços básicos e redes de troca que utilizam moedas sociais configuram-se em exemplos de possibilidades de imbricação social dos mercados.

Concluindo, para Coraggio a consolidação das iniciativas de economia popular como empreendimentos de economia solidária depende, em seu fundamento, de um aumento progressivo do controle social sobre as formas de institucionalização do econômico.

1.4 – Paul Singer - Competitividade no Mercado X Isolamento

Singer (2002a) apresenta então duas formas distintas pelas quais a economia solidária seria capaz de construir sua própria dinâmica: o isolamento e a integração de mercados uma delas é a do isolamento. Neste sentido do isolamento é que se propõe a criação de redes de empreendimentos, sobre as quais Singer (2002a: 119). afirma:

“se a maioria dos que praticam consumo solidário for constituída pelos próprios trabalhadores das cooperativas autogeridas, o seu limitado poder aquisitivo impede que o consumo solidário seja mais do que uma fração irrisória do consumo total.”

O que traria a necessidade da venda dos demais produtos no mercado convencional.

Outra proposta de isolamento é a do *fair trade*, o autor afirma que:

“ao proteger pequenas unidades de produção, o consumo solidário lhes poupa a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade, em que ficam vegetando” (SINGER, 2002a: 119).

Para o autor, o consumo solidário só propiciaria o desenvolvimento de uma proposta concreta de economia solidária se *“as unidades produtivas e as comunidades de compras solidárias se integrassem em rede e desenvolvessem padrões de consumo consideravelmente diferentes dos prevalecentes na economia capitalista”* (SINGER, 2002a: 120), o que parece ser uma realidade distante para a grande maioria dos bens consumidos, já que a economia solidária não pode dar conta do abastecimento de todos eles.

SINGER (2002a) considera então como forma mais provável de geração de uma dinâmica própria para a economia solidária a integração de mercados, em concorrência com a economia capitalista, alcançando seus níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias, citando o exemplo da Corporação Cooperativa de Mondragon, complexo cooperativo localizado no país basco.

Por fim, Singer (2007) preocupa-se com a questão do desenvolvimento local, propondo que a única maneira de uma comunidade pobre aumentar sua riqueza é vender para a fora da comunidade mercadorias mais caras. Esta brecha de mercado poderia vir de: melhora na qualidade de produtos tradicionais; invenção de produtos novos; detecção de demanda nova ou em forte expansão, ou ainda a aplicação de processos de produtividade mais elevada em atividades antigas. Como exemplo são citados os carnavais e festivais fora de época e os arranjos produtivos locais, ambos com ressalvas a seu potencial de generalização.

Capítulo 2 -O estado da arte do debate

Neste capítulo do trabalho o objetivo é revisar e analisar o que já foi debatido sobre o tópico da relação dos EESs com o mercado, para além dos autores referência na economia solidária.

De forma geral, os autores que abordam esta problemática ou partem da economia política e da economia industrial (visão mais próxima a de SINGER, 2002a) ou partem da sociologia e antropologia econômica (visão mais próxima a de CORAGGIO, 2007a). Em que pese a existência de pontos de convergência entre as duas matrizes teóricas, para fins de apresentação vamos abordá-las de forma esquematicamente separada.

2.1 Concepções a partir da economia política e economia industrial

Esta seção do trabalho inicia pela explanação da análise desenvolvida por este grupo de autores, passando então para breves considerações sobre o caso referência destes (o da cooperativa de Mondragon) e sobre as críticas que fazem a outras propostas de inserção dos EESs. A seção é encerrada com a apresentação das conclusões de um estudo realizado por Tauille *et alli* (2005), com a construção de uma tipologia para o relacionamento de empresas recuperadas com o mercado.

Dois autores que desenvolvem sua análise utilizando a discussão feita pela economia industrial sobre o fenômeno do pós-fordismo são Cruz (2006) e Tauille (2001), e à análise deles soma-se a argumentação de Santos (2005) sobre os que vêm nas formas alternativas de produção uma proposta de socialismo de mercado.

Os autores historicizam o mercado, diferenciando-no do mercado capitalista, mas admitem a existência de um dilema entre os princípios de cooperação interna ao empreendimento e a concorrência predatória dos mercados oligopolistas questionando-se sobre os possíveis efeitos perversos da concorrência mercantil, mesmo não capitalista, sobre os padrões de sociabilidade cooperativos.

Todos partem do princípio que o problema dado para os EESs é atingirem sua viabilidade econômica dentro do contexto atual do mercado capitalista, rejeitando o instrumental neoclássico para o desenvolvimento de sua análise. Enquanto Tauille (2001) enfatiza a experiência japonesa como demonstradora de novas formas de relação entre capital e trabalho, com uma atenuação no conflito e maior dependência da confiança nos trabalhadores, Santos (2005) e Cruz (2006) recorrem a Piore e Sabel (1984) que chegaram à conclusão de que as empresas aptas para o novo estágio do capitalismo são aquelas capazes de se ajustarem às alterações da demanda (flexibilidade), motivar a participação dos trabalhadores e inserirem-se em uma rede de cooperação econômica.

Para os autores, os EESs podem apresentar vantagens competitivas para este tipo de mercado advindas do fato dos trabalhadores serem seus próprios patrões. Cruz (2006) detalha as formas como esse fato se traduz em ganhos econômicos: maior grau de compromisso e esforço, ausência do lucro (refletindo-se em preços mais baixos ou maior investimento) e utilização da folha de pagamento enquanto custo variável (flexibilidade de salários e de jornadas de trabalho).

Outra vantagem competitiva, esta ainda mais potencial do que real, refere-se à potencialidade dos EESs se articularem em redes, Santos (2005) a situa enquanto uma conseqüência que deveria ser natural do princípio cooperativista da intercooperação, e Tauille (2001: 4) a coloca como proposta de: “*buscar ‘ganhos de solidariedade’ a partir de eficiência coletiva obtida pela atuação conjunta e concatenada dos agentes da economia solidária*”.

Cruz (2006) aponta que na prática a capacidade de cooperação entre os empreendimentos é quase nula, sendo as tentativas existentes de intercooperação dotadas de um caráter mais simbólico do que propriamente econômico - o que mesmo assim não as desmerece enquanto processo de aprendizagem coletiva.

Podemos entender esse fato como resultante de dois desafios que enfrentam as tentativas de constituição deste tipo redes de economia solidária, da forma como são colocados por Tauille (2001):

- a) a dispersão geográfica que torna necessária a utilização de recursos tecnológicos que propiciem a comunicação horizontal entre os agentes,
- b) a dispersão entre ramos de atividade, que traz o desafio de buscar mecanismos aglutinadores de interesse que não dependam de valor de uso do produto oferecido.

A conclusão a que chega Tauille (2001: 6) é a de que o caminho para inserção no mercado deve ser criativo através da tentativa de “*construção de vantagens comparativas dinâmicas*”, procurando *atalhos alternativos que criem agora as bases que se constituirão em elementos de competitividade dinâmica no longo prazo*.

O caso Mondragon

Santos (2005) e Cruz (2006), da mesma forma que Singer (2002), apontam como exemplo positivo a Corporação Cooperativa de Mondragon. Para Santos (2005) seu êxito é atribuído à capacidade de transformar-se em uma economia cooperativa regional. Streeck (1997 *apud* SANTOS 2005) aventa a possibilidade de que as limitações impostas pelos princípios cooperativos tenham agido como restrições virtuosas, permitindo, por exemplo, que o complexo tenha se organizado em diversas cooperativas de tamanho menor, garantindo a flexibilidade de sua ação.

Cruz (2006), após extensa análise do histórico de Mondragon, chega à conclusão de que a longevidade de sua experiência deriva da capacidade de mediação entre princípios solidários e estratégias adaptativas ao mercado, e que o seu surgimento advém da constituição de valores sociais regionais bastante compartilhados com os do movimento da economia solidária.

Críticas e considerações à outras propostas de viabilização dos EESs

Cruz (2006), ao analisar as tentativas de associar a comercialização de produtos da economia solidária a formas de “consumo solidário”, da forma como este é definido por Mance (2002), aponta as limitações intrínsecas e as dificuldades de expansão do comércio justo e dos clubes de troca, mas ressalta seu caráter pedagógico e experimental.

Sobre os limites do clube de trocas, o autor afirma que a simples substituição de uma moeda por outra, ainda que sua emissão seja autogerida, não subverte as relações de troca desiguais abrindo as portas para que haja acumulação no interior do sistema, dado que o objetivo para os que dele participam é a realização de suas mercadorias.

Análise semelhante é feita sobre o comércio justo, com destaque para uma possível concorrência entre as instituições intermediadoras, além do mais fica a questão do seu tamanho e das suas efetivas possibilidades de expansão, dependente da boa vontade dos consumidores.

Sobre as feiras de economia solidária, apesar de geralmente trazerem resultados positivos para consumidores e produtores, seu caráter eventual as torna insuficiente para os últimos. Mas para Cruz (2006) a solução também não deve vir da constituição de espaços permanentes de comercialização, pelo fato destes poderem significar desperdícios de tempo e de recursos para os cidadãos comuns, que teriam que se deslocar para as lojas solidárias e depois para as convencionais, para buscarem o que não acharam

nas primeiras.

O autor defende então a proposta de juntar a comercialização de produtos de economia solidária com a comercialização da produção convencional, em um empreendimento de comercialização com organização autogestionária. Trata-se de uma estratégia adaptativa, que coloca a comercialização como parte do processo produtivo (foco nos produtores), mas sem descartar a adoção de mecanismos educativos a respeito do consumo.

A construção de um tipo ideal de relação com o mercado

Após pesquisa realizada com 27 empreendimentos autogestionários provenientes de massa falida, Tauille *et alli* (2005: 27) constataram que “o mercado aquecido foi apontado como elemento que mais interfere positivamente para o desempenho do empreendimento”. Os autores então construíram uma tipologia para estes empreendimentos com base em variáveis estruturantes, sendo o mercado uma delas.

Para analisá-lo, os autores partem do pressuposto de que as relações sociais internas de produção baseadas na forma igualitária e coletivista são antagônicas às relações sociais vigentes no capitalismo, baseadas na fragmentação e desvalorização dos trabalhadores. Esse antagonismo traduz-se em diferentes critérios de eficácia, à medida que a organização da produção impõe-se a partir dos parâmetros socialmente necessários vigentes no mercado de trabalho (conceito de tempo de trabalho socialmente necessário utilizado por Marx).

O tipo de inserção mais indesejada é a ausência de mercado, seguida pela do mercado monopsônico, em que toda a produção é vendida para uma empresa capitalista. A isto freqüentemente nomeia-se facção, a empresa contratante detém total poder sobre o processo produtivo da contratada, podendo configurar-se também como terceirização de mão-de-obra ou de um elo da cadeia produtiva.

Em seqüência encontra-se a situação de um mercado competitivo como os de bens de consumo. Neste caso os critérios de mercado são impostos forçosa e continuamente, exigindo a produção ininterrupta e em escala cada vez maior para que seja possível a adequação ao “tempo socialmente necessário nas empresas”.

Em situação melhor, encontram-se aquelas empresas que se deparam com um mercado estável, em que o nível de competitividade não é acirrado. Nesse caso, a possível disposição de um percentual relevante do mercado lhes confere um maior grau de autonomia na organização do processo de trabalho.

O mercado planejado, por sua vez, é definido como aquele em que as empresas estabelecem relações contratuais de médio ou longo prazo com seus clientes. Uma dúvida que surge, mas não abordada pelos autores é a da diferença entre o mercado planejado e o monopsônio, mas pode-se intuir que esta esteja no grau de poder da empresa contratada em negociar seu contrato.

Por fim, é apontada a necessidade, ainda que distante da realidade, de construção de um mercado de solidariedade, cujo princípio de funcionamento seriam as relações solidárias.

Na conclusão de seu relatório Tauille *et alli* (2005) retomam a questão do padrão socialmente necessário de desempenho do empreendimento ao se perguntarem se a política pública deveria tomá-lo como dado pelo mercado ou reposicioná-lo a partir de critérios coletivistas e igualitários (com o necessário desenvolvimento de um espaço próprio na via econômica da sociedade)¹.

2.2 Concepções a partir da sociologia e da antropologia econômica

Esta seção inicia com a apresentação das idéias de Armando de Melo Lisboa (2002), que aborda o tema de maneira bastante completa. Em seguida são apresentados complementos às suas propostas tendo

¹Esse dilema passa por um reconceituação do padrão de tempo de trabalho socialmente necessário utilizado por Marx, que passa a significar para além do estado da arte do padrão vigente de produção social, também o atendimento de uma demanda social, que deve ser valorada de maneira não-mercantil.

como base os trabalhos de Genauto França Filho (2006) e Laurent Gardin (2006).

Armando de Melo Lisboa – O mercado socialmente imbricado e o limite humano à transparência absoluta

Lisboa (2002) faz uma análise profunda do papel do mercado na sociedade capitalista e de qual seria sua possível utilidade em uma sociedade pós-capitalista, para isso utiliza referenciais teóricos muito parecidos com os de Coraggio (2007c), mas sua principal referência dentro da economia solidária é Euclides Mance (2002).

O autor apresenta o mercado como um espaço que originalmente constituía-se de trocas e encontros, com um papel civilizador, que foi substituído (através da intervenção artificial do Estado) pelo mercado enquanto “mão invisível”, mecanismo coordenador e regulador da ordem social.

Argumentando que a essência da troca não necessariamente são as motivações utilitárias, mas pode ser também a reciprocidade (a busca pelo reconhecimento de utilidade social), o autor se propõe o desafio de subordinar o mercado ao interesse coletivo. Lisboa (2002) ao mesmo tempo em que reconhece a falácia dos argumentos em prol da soberania do consumidor, pelo fato da produção capitalista criar necessidades, reconhece também os esforços de Mance (2000) na conceituação das possibilidades do consumo solidário enquanto proposta de resistência a esta dinâmica.

O autor rejeita que o consumo esteja completamente subordinado à produção, mas assume a existência do fetichismo da mercadoria enquanto fascínio causado pelos símbolos que um objeto pode adquirir. Este, enquanto dinâmica própria do mercado, seria inescapável, o que significa que continuará presente mesmo com a inversão da relação mercadoria – humano – mercadoria e a superação da sociabilidade capitalista.

A necessidade da existência do mercado com algum fetiche é justificada através da afirmação de que “*uma sociedade inteiramente regida pelo princípio da autogestão é inconsistente e despótica, pois nela o poder coincidiria totalmente com a sociedade*” (LISBOA, 2002: 142). É apresentada também a questão da impossibilidade de uma “sociedade totalmente transparente” devido a complexa divisão macrosocial de tarefas trazida por Castoriadis (1982 *apud* LISBOA, 2002). Desta maneira, através da introdução do limite do humano, Lisboa (2002) nega o sonho de uma sociedade perfeita.

Traduzindo as questões filosóficas para a realidade cotidiana dos EESs, o autor ressalta a necessidade das grifes e dos aspectos estéticos (típicos da fetichização), além da ostentação de selos sociais para os próprios produtos de economia solidária, para que possam agregar-se de um diferencial no mercado. Neste sentido os preços praticados pelos EESs não são perfeitamente justos, e só poderiam o ser quando restritos a ações planejadas em espaços de redes entre empreendimentos e clubes de consumidores (o que não seria generalizável para a sociedade).

O autor refere-se também aos mercados segmentados e com potencial de expansão, compostos por produtos com referência culturais e ecológicos, por exemplo, enquanto nicho a ser explorado pelos EESs, juntamente aos nichos das redes e de mercados solidários, que podem dar força endógena e autonomia ao setor.

Concluindo, Lisboa (2002) afirma a importância da competição em simbiose com a cooperação, da competição integrada em um ethos não utilitarista, do reconhecimento das virtudes de um mercado que esteja controlado socialmente.

Genauto Carvalho de França Filho e Boaventura de Sousa Santos – a necessária imbricação em um contexto mais amplo

França Filho (2006) parte da mesma matriz teórica que Lisboa, aplicando-na no contexto das PPECOSOL (políticas públicas de economia solidária), propondo a existência de dois tipos destas, uma que propõe reforçar a lógica de eficiência econômica da economia informal (valorizando o empreendedorismo). A outra reconhece a importância dessa estratégia, mas insiste acima disso na construção de estratégias territoriais de desenvolvimento para o fomento de outra dinâmica econômica,

fortalecendo circuitos sócio-produtivos locais integrados a outras relações com as demais esferas da vida, articulando formas solidárias de produção com outras iniciativas da sociedade civil.

Este segundo tipo de PPECOSOL, defendido pelo autor sugere uma dupla inscrição dos empreendimentos: econômica e política, enquanto o primeiro mantém como horizonte a inserção dos grupos na lógica mercantil convencional. Assim sendo, à semelhança de Coraggio (2007d), propõe-se que a vocação de uma política de economia solidária é:

“de buscar operar novas institucionalidades ou marcos regulatórios territoriais, ressignificando o sentido das práticas econômicas que vão se operar em relação estreita com a própria vida social, política, cultural e ambiental nos seus respectivos territórios.” (FRANÇA FILHO, 2006: 266)

Esta conclusão é semelhante à alcançada por Santos após os casos estudados em seu livro, nas teses que propõe sobre as alternativas não-capitalistas de produção. Muitas delas dizem respeito à necessária imbricação social destas às demais organizações e movimentos por lutas mais amplas, de forma que o sucesso econômico destas alternativas depende bastante da sua inserção social.

Laurent Gardin – Reflexões a partir da experiência europeia

Gardin (2006), tomando como base a realidade da economia social europeia baseia-se também nos princípios de institucionalização do econômico de Polanyi para entender como a capacidade de sustentação de um empreendimento social advém da habilidade de hibridizar os três pólos da economia para servir o projeto (reciprocidade, redistribuição e mercado).

Em oposição ao conceito de EESs utilizado no Brasil, o autor utiliza o conceito de WISEs (empreendimentos sociais de integração do trabalho), em que pese a falta de espaço para abordar as diferenças, elas serão levadas em conta para análise dos dados apresentados.

Gardin (2006) analisa como é distribuída a fonte de receita advinda do mercado, por tipo de comprador (indivíduos, setor privado, setor público e terceiro setor) ou pela motivação da compra, momento em que é introduzido o conceito de mercado sócio-politicamente imbricado. É o caso quando os objetivos sociais e sócio-políticos do empreendimento são levados em conta pelos consumidores, o que não significa dizer que estes consumidores deixam de observar o preço e a qualidade dos produtos.

De acordo com a pesquisa realizada com 146 WISEs em 11 países da União Europeia, a “imbricação sócio-política do mercado” depende fundamentalmente do tipo de comprador, enquanto 75% das compras do setor público e 80 % das compras do terceiro setor levam em consideração questões sócio-políticas, apenas cerca de 40 % dos consumidores domésticos ou do setor privado levam em consideração essas questões. No âmbito geral prevalecem as vendas sem motivação sócio-política (57%).

A análise desses dados é interessante por mostrar que a disposição das entidades do terceiro setor na criação de redes e no fomento aos WISEs (indício de condicionamento do mercado à reciprocidade) e a preocupação existente por parte do setor público em reconhecer os impactos sociais dos WISEs (indícios de condicionamento do mercado ao princípio da redistribuição) ainda tem um impacto econômico relativamente pequeno sobre o faturamento total dos empreendimentos sociais.

Por outro lado, a maximização da utilidade individual ou dos lucros da firma continuam sendo as mentalidades dominantes nas compras realizadas pelos consumidores individuais e pelas firmas, que mesmo assim respondem pela maior parte do faturamento dos WISEs

2.3 Outras visões

Por tratar-se de posições menos presentes no âmbito da economia solidária, o trabalho dos autores apresentados a seguir foram colocados à parte da categorização dos demais:

Predomínio da lógica mercantil “convencional”

Salomão, em monografia de conclusão de curso escrita em 1999, realiza o esforço de apresentação do modelo cooperativista de produção, seus princípios e suas lógicas. Baseando-se numa análise de mercado que passa pela economia industrial, a conclusão alcançada pela autora é a de que as cooperativas devem

ganhar dimensão empresarial e competitividade, o que requer uma flexibilização de seus princípios, no sentido de conferir maior autonomia por parte da direção do empreendimento, que deve ter profissionalismo e mentalidade empresarial.

Essa relativização dos princípios cooperativistas para adequação ao mercado reafirma a incompatibilidade entre as lógicas, com o predomínio da do mercado.

Recusa total da lógica mercantil

Para Novaes (2007), a verdadeira autogestão pressupõe o planejamento administrado da produção em nível social, sendo a autogestão em nível da fábrica uma forma parcial e incompleta da mesma, já que dentro dela o planejamento da produção só pode ser fragmentado.

Reconhecer a existência de planejamento no próprio capitalismo, para o autor, reforça a incompletude das teses de economia solidária que não vislumbram a necessidade da coordenação global dos produtores associados. Novaes (2007) sintetiza os argumentos de alguns autores que defendem essa necessidade, em geral a defesa é por uma alocação de recursos *ex ante*, em oposição à alocação feita *ex post*, pressupondo conselhos operários e outras formas participativas de realizar este planejamento.

A concepção dos que enfatizam apenas a liberdade interna à empresa, como a economia solidária representada por Singer, é tachada de pequeno-burguesa por ignorar os condicionantes de produção externos a estas.

Outra proposta, a das Redes de Economia Solidária (RES) enquanto mecanismo de blindagem da economia solidária frente ao mercado capitalista, é colocada como impossível frente ao fato de que a maior parte dos empreendimentos competem por um mesmo mercado ou tem um baixo grau de complementaridade.

De qualquer forma Novaes (2007) considera que os defensores das RES não vislumbram a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados, sendo mesmo o mercado solidário, ainda um mercado.

Propostas de desenvolvimento alternativo e propostas de alternativas ao desenvolvimento

Ambas as propostas partem de olhares semelhantes, porém enquanto a primeira não rejeita a idéia de desenvolvimento econômico, mas a forma como ele pode ocorrer, a segunda rejeita a própria possibilidade de desenvolvimento no sentido em que é usado, propondo uma melhoria da qualidade de vida com redução do consumo de bens.

Ambas apresentam uma tendência a propostas de autonomização e auto-suficiência de comunidades locais. A peculiaridade da vertente que nega o desenvolvimento é a ênfase ainda mais forte na autonomia econômica local, que se associa a uma forma de ver o mundo que privilegia a produção de bens de consumo básico e a frugalidade.

Santos (2005) analisa-as de forma crítica apontando a importância do não-isolamento localista das propostas frente à sua fragilidade, que faz com que requeiram articulação entre si, com o Estado e com o setor capitalista.

2.4 Síntese dos debates

Um ponto de convergência entre todos os autores estudados é o fato de que os mercados são anteriores ao capitalismo e que dentro deste não há predomínio do mercado concorrencial. No entanto, quando é feita uma tentativa de aprofundamento da análise, nota-se uma confusão ocasionada pela ausência de uma terminologia unificada. Os conceitos de rede e de mercados solidários, por exemplo, são usados em diferentes contextos e com diferentes significados.

Uma estratégia para superar as confusões semânticas é buscar compreender a raiz das diferenças entre as concepções através de uma reinterpretação das colocações dos autores com a utilização de parâmetros comuns. Neste sentido, o primeiro passo é identificar uma matriz das divergências que permita categorizá-las.

A forma como o problema da viabilidade econômica dos empreendimentos é colocado por Coraggio

(2007d) parece ser de grande utilidade para realizar esta tarefa, pois coloca a questão em termos simples que permitem a obtenção de uma perspectiva mais ampla.

A questão aqui proposta é: quais as estratégias a serem utilizadas pelos EESs para que o seu trabalho seja reconhecido socialmente?

Ser reconhecido no mercado convencional

Um primeiro corte pode ser realizado entre aqueles que acreditam, ao menos como estratégia, que os EESs devem buscar o reconhecimento social do trabalho (RST) que realizam tomando como pressupostos os critérios já utilizados pela sociedade capitalista. Neste espectro, situam-se em geral os autores que usam como referencial teórico a economia industrial e a economia política: Singer (2002), Tauille (2001), os socialistas de mercado da forma como os define Santos (2005), Cruz (2006) e Salomão (1999).

Impactos da solidariedade sobre o desempenho no mercado

De um lado estão aqueles que acreditam que a atual fase de desenvolvimento do mercado capitalista, ainda que de forma incidental ou colateral, trouxe avanços no sentido de reposicionar os critérios de reconhecimento social do trabalho, privilegiando trabalhos organizados de acordo com os princípios da economia solidária (flexibilidade, menor escala, cooperação em redes, etc); é o caso de Tauille (2001), dos socialistas de mercado apresentados por Santos (2005) e de Cruz (2006).

Salomão (1999), do outro lado, propõe a flexibilização dos princípios cooperativistas para permitir uma maior competitividade no mercado que permita atingir produtividade equivalente à das empresas capitalistas. Coloca, portanto os princípios em desacordo com os critérios de reconhecimento social dominantes.

Neste debate, a posição de Singer (2002) parece ser a de que a solidariedade interna aos EESs, em relação aos critérios de reconhecimento social dominantes no mercado atual não influencia nem é influenciada por estes. A tarefa dos EESs seria melhorar as condições de vida dos trabalhadores ao tempo em que atingem o reconhecimento social exigido pelo mercado.

Diferentes tipos de mercado convencional

É possível para cada um desses tipos acima realizar mais uma classificação, nas bases da proposta por Tauille et alli (2005), de acordo com qual o tipo de mercado capitalista o empreendimento está inserido, iniciando pelo monopsonico, passando pelo concorrencial, atingindo o estável. Já a categoria de mercado planejado proposta pelos autores, encontra-se no limiar, pois dependendo da forma como ele é planejado, implica na capacidade do contratado intervir na forma como o trabalho dele será reconhecido.

Buscar formas alternativas de reconhecimento social do trabalho.

Os autores que têm como premissa argumentativa a necessidade de mudanças na forma como se dá o reconhecimento social do trabalho e propõem para os EESs uma atuação neste sentido, podem ser divididos de acordo com dois critérios: o público alvo (buscar o reconhecimento de quem?) e a forma como o reconhecimento deve ser realizado (sistema de alocação de recursos).

Quanto a diferentes formas de alocação de recursos

A proposta de ação de Coraggio (2007a) é a atuação em diferentes princípios de institucionalização do econômico, portanto o autor não prioriza uma dentre as possíveis formas apresentadas pelos demais autores.

Os que defendem principalmente a inserção em um mercado socialmente imbricado são França Filho (2006), Lisboa (2006), e Santos (2005), em sua conclusão. Para um EES isso significa ter uma ação e uma inserção sócio-política, de forma a transformar os critérios utilizados pelos seus consumidores para reconhecer socialmente seu trabalho. Esta inserção sócio-econômica passa pela articulação, enquanto setor da economia solidária, de um circuito integrado sócio-político-economicamente, onde prevaleçam os critérios solidários de reconhecimento social do trabalho e passa também pela disputa política pela

utilização de critérios diferenciados de reconhecimento social do trabalho pelo poder público.

O conteúdo desta “imbricação social” do mercado pode denotar duas estratégias diferentes, uma é a de inserir-se em mercados já socialmente imbricados de valores não capitalistas, mas não necessariamente dos valores da economia solidária, de emancipação do trabalho. O exemplo mais forte é o do mercado por produtos orgânicos ou ambientalmente sustentáveis, ele dialoga fortemente com os princípios da economia solidária, mas não necessariamente os incorpora.

Outra estratégia é criar ou inserir-se em mercados socialmente imbricados dos valores referentes ao trabalho emancipado, onde a motivação para a compra é o fato do empreendimento ser de economia solidária. Em geral os autores, como Lisboa (2002), propõem a execução das duas estratégias concomitantes ou a tentativa de imbricação dos valores da economia solidária nos mercados socialmente imbricados de outros valores não capitalistas. (SANTOS, 2005).

A proposta de Euclides Mance (2002) pode ser considerada um misto entre mercado socialmente imbricado e planejamento, já que haveria o papel do coordenador dentro das redes de economia solidária, organizando o reconhecimento social do trabalho de forma a promover o crescimento da rede. Já para Novaes (2007), coloca-se a necessidade absoluta de planejamento ex ante, de que as formas de reconhecimento social do trabalho devem ser discutidas societariamente, em conselhos de trabalhadores, e não definidas a posteriori, através de mecanismos competitivos e impessoais, necessitando de uma luta política por transformações neste sentido.

Por fim, existe a vertente que propõe uma mudança abrupta nos padrões de reconhecimento social ao valorizar a frugalidade e o que pode ser conseguido dentro do local. De acordo com esta proposta, os habitantes de uma determinada localidade geririam seus recursos da forma como uma família o faz, constituindo-se no princípio da economia doméstica. (Santos, 2005)

Quanto ao “público alvo” de quem se buscará o reconhecimento

Partindo da análise de Gardin (2006) e expandindo-a, podem ser definidas diferentes propostas de públicos prioritários para buscar o reconhecimento social do trabalho.

Por um lado há propostas como a de Mance (2002), que defende enquanto estratégia o isolamento máximo possível dos EESs em relação às empresas capitalistas e ao governo. Nesse sentido, o autor aposta fortemente no poder dos consumidores adotarem, a partir de sua própria conscientização a utilização de critérios solidários para o reconhecimento social do trabalho.

Por outro lado, os defensores das alternativas ao desenvolvimento propõem um isolamento do tipo de localista, de forma que o reconhecimento social deve ser buscado entre os habitantes de determinado território.

Por fim, os demais defensores da necessidade de formas alternativas de RST, sem deixar de reconhecer a importância dos públicos-alvo acima apresentados, propõem uma estratégia de buscar o reconhecimento do trabalho ampla, que inclua o poder público, os indivíduos, as empresas privadas, e o terceiro setor, de forma composta.

3. Conclusões

O estudo nos permite perceber a extrema dificuldade de sustentação dos EESs que tentam as formas convencionais de RST em mercados concorrenciais. A utilização de práticas do toyotismo, ainda que criativas (TAUILLE, 2001), não foram suficientes para superar as enormes desvantagens decorrentes da deficiência de capital e tecnologia.

A única forma pelo qual os EESs incubados atingiram uma sobrevivência

maior no tempo, com acesso a formas de RST convencionais, foi através da inserção em mercados estáveis garantidos pela herança de “vantagens de localização” dos antigos proprietários. No entanto a incapacidade de sustentação da experiência e a dificuldade de manutenção das vantagens de localização parecem impedir que estas sejam generalizadas, a não ser que se desenvolvesse uma ação planejada e realizada em conjunto com os potenciais EESs para buscar junto às autoridades da universidade, o acesso a estas vantagens.

A grande importância de que esta busca ocorra em conjunto com os EESs justifica-se pela análise da experiência dos empreendimentos inseridos nos mercados socialmente imbricados de valores predominantemente solidários onde os contratos ou o acesso aos contratantes (em geral consumidores institucionais privados ou o poder público) tenha sido responsabilidade de um parceiro externo.

Nestes casos, o fato de que a motivação para a compra não tenha sido resultada de uma intervenção do EES parece causar uma dependência em relação ao contratante que poderia ser denominada de “monopsônio socialmente imbricado”, onde a imbricação social não elimina as agruras do monopsônio. Esta dependência parece ser um agravante para a efetivação da previsão de Singer (2002) de que empreendimentos protegidos tendem a adquirir um caráter vegetativo.

Já a estratégia de focar prioritariamente outros EESs (MANCIE, 2002), ou os consumidores de um determinado local (SANTOS, 2005), parece deparar-se com dificuldades relacionadas a dois fatores: a pequena escala de atuação da ITCP e de possibilidades de lastreamento para emissão de um circulante local (o que dificulta a articulação de uma rede sócio-econômica local) e o fato da grande maioria da produção realizada pelos EES ser embasada nas habilidades produtivas já predominantes entre os trabalhadores das periferias, o que diminui a complementaridade da produção

São apontados dois caminhos para a superação dessas dificuldades:

a) Definição de uma área menor para atuação, bem como acesso a uma maior escala de financiamento para emissão de circulante local, estratégia utilizada no projeto em parceria com o movimento de moradia.

b) Redefinição das atividades produtivas a serem realizadas, a partir do mapeamento das necessidades de consumo dos moradores locais (CORAGGIO, 2007d), estratégia utilizada no projeto de agricultura urbana.

Por fim, uma estratégia que mostra resultados crescentemente positivos é a de inserção em mercados socialmente imbricados de valores ecológicos ou culturais. Estes mercados que são regidos por uma lógica de eficiência não estritamente econômica estão consolidando-se enquanto alternativa real por atingir um público bem amplo, ademais, seus consumidores parecem estar permeáveis à adição, dentre os valores não-econômicos levado em conta, do valor inerente ao trabalho emancipado.

Esta estratégia, para que possa crescer e se generalizar, depende da capacidade da economia solidária e dos EESs associar a sua luta a outras lutas sociais contemporâneas, sejam elas pautadas no caráter ambiental, de gênero, raça, etnia ou de valorização das culturas locais e de periferia (rap e hip hop, por exemplo)

Percebe-se que nenhuma das estratégias arroladas está consolidada ou descartada como inviável. Todas ainda apresentam potencial para desenvolverem-se e dependem, para sua consolidação, de iniciativas de fortalecimento que exigem recursos e injeção de dinheiro público. O erro que poderia ser cometido, na verdade, é apostar todas as fichas em uma única forma de RST ou em um único agente que o reconheça, desprezando as demais possibilidades. Nesse sentido propõe-se como fundamental a existência de redes de EESs que atuem tanto no fortalecimento dos EESs frente ao mercado convencional quanto na inserção em outros mercados não capitalistas e na constituição de um mercado próprio.

A despeito das dificuldades encontradas na obtenção de trabalho e renda, o fato de serem enfrentadas de forma coletiva e autogestionária é o que, de acordo com o que pode ser depreendido pelos relatórios da ITCP-USP(2001 e 2007) e ALMEIDA (2003), garante o processo de emancipação, no âmbito da apropriação do sentido do trabalho.

Este processo inicial de emancipação, pelo que se percebe, tende a expandir-se para as demais esferas da vida dos trabalhadores, mesmo após a dissolução dos empreendimentos, de forma que as limitações infra-estruturais parecem não ser capazes de frear as mudanças supra-estruturais, de formação de uma cultura democrática.

O desafio colocado, portanto, é o aprimoramento de estratégias que permitam que as transformações culturais pelas quais passam os envolvidos em processos de formação de EESs encontrem consequência (através do reconhecimento social do seu trabalho) nas possibilidades materiais de reprodução ampliada da vida de forma autogestionária.

É apenas a partir do processo de tentativa e erro da construção histórica, realizado em conjunto por universidades e trabalhadores, que as respostas para este desafio são construídas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Mariana Neuben de Souza. “Desenvolvimento local e o projeto de desenvolvimento de rede solidária: por que um projeto que não incubia?” *Não Publicado*, 2003
- ARRUDA, Marcos e BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, 2000 *apud* VIEIRA, Fabiano Mourão. 2005, *op. cit.*
- ARRUDA, Marcos, “Um novo humanismo para uma nova economia” In: KRAYCHETTE, G. *et alli* (orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000
- ARRUDA, Marcos. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003 *apud* VIEIRA, Fabiano Mourão. 2005, *op. cit.*

- CAMPOS, S.T. ; MASCARENHAS, T.S. “Metodologia da ITCP-USP: nossas escolhas”. In MELLO, S.L et alli (orgs), *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais – vol 2*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007
- CORAGGIO, José Luis. Del sector informal a la economía popular: un paso estratégico para el plantamiento de alternativas populares de desarrollo social. Comunicacion al II Encuentro de Partidos y Movimientos del Foro de San Pablo, 1991. Disponível em: <http://www.fronesis.org> apud CRUZ, Antonio Carlos Martins da. 2006, *op cit*
- CORAGGIO, José Luis. “El trabajo desde la perspectiva de la economía popular. In: *Economia popular: nueva perspectiva para el desarrollo local*. Programa de Desarrollo local, Catillas. San Miguel (Argentina): Instituto Conurbano-UNGS. 1998. Disponível em <http://www.fronesis.org/public2> apud CRUZ, Antonio Carlos Martins da. 2006, *op cit*
- CORAGGIO, José Luis. “Da economia dos setores populares à economia do trabalho” In: Kraychete, G. *Et alli (orgs) Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000
- CORAGGIO, José Luis. “Problematizando la economía solidaria y la globalizacion alternativa”. 2001. Disponível em <http://www.ecosol.org.br> apud VIEIRA, Fabiano Mourão. 2005, *op. Cit.*
- CORAGGIO, José Luis. Desarrollo regional, espacio local y economía social. Versión revisada de la ponencia presentada en el Seminario Internacional “Las regiones del Siglo XXI. Entre la globalización y la democracia local”, organizado por el Instituto Mora, México, 2005. Disponível em http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm
- CORAGGIO, José Luis. El papel de la Economía Social y Solidaria en la Estrategia de Inclusión Social. Ponencia presentada en el Seminario “Pensando en alternativas para el desarrollo”, Taller sobre Inclusión Social en América Latina y Ecuador., organizado por FLACSO y SENPLADES, Quito, 2007a. Disponível em http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm
- CORAGGIO, José Luis. Instituciones, cultura y ética en el desarrollo local. Comentario presentado en el panel “Experiencias de Desarrollo Local con diferentes énfasis: político institucional, sostenibilidad, cultural en el Seminario Internacional sobre Desarrollo Económico Local, 2007b. Disponível em http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm
- CORAGGIO, José Luis. La economía social y la búsqueda de un programa socialista para el siglo XXI. Base de la exposición en el panel “La economía del socialismo del Siglo XXI”, en el Encuentro “Los socialismos del Siglo XXI”, Quito, 2007c. Disponível em http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm
- CORAGGIO, José Luis. “Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária” In: KRAYCHETTE, G e AGUIAR, K (orgs). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007d
- CRUZ, Antonio Carlos Martins da. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*, 2006 325f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas
- CRUZ-MOREIRA, Juan Ricardo. “Cooperativas populares de confecção do Estado de São Paulo”. In Souza, A.R. *et alli. Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*, São Paulo: Contexto, 2003
- DINIZ, J.R.; Marcelino, L. “A agricultura urbana na perspectiva do comércio justo: alternativa para o desenvolvimento local na busca da sustentabilidade das cidades” In: *Anais do V Encontro Internacional de Economia Solidária*. São Paulo, NESOL-USP, 2007, CD-ROM
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. “Políticas públicas de economia solidária no Brasil”. In FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de *et alli (orgs). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006

- FREIRE, Paulo *Pedagogia da autonomia*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- GARDIN, Laurent. "A variety of resources mixes inside social enterprises" In NYSSSENS, Marthe (org). *Social Enterprise: at the crossroads of market, public policies and civil society*, Oxon: Routledge, 2006
- GASPAR, Meliam; PIDORI, Shaynna; SARKOVAS, Ana; SCIRÉ, Claudia; VOLPONI, Fernanda. *O Consumo e as Feiras: Um estudo da Construção de Significados e das Relações de Sociabilidade*. Relatório de campo da disciplina: pesquisa de campo em antropologia. Departamento de Antropologia da USP, junho de 2006.
- ITCP-USP. "Relatório parcial para FINEP." *Não Publicado*, 2000
- ITCP-USP. "Relatório final para FINEP." *Não Publicado*, 2001
- ITCP-USP. "Projeto de constituição de rede solidária." *Não Publicado*, 2002
- ITCP-USP. "Relatório Final Capão Redondo e Jardim Ângela, para o Projeto Desenvolvimento Solidário da Prefeitura de São Paulo" *Não Publicado*, 2003a
- ITCP-USP. "Relatório do grupo creche" *Não Publicado*, 2003b
- ITCP-USP. "Relatório de atividades de Dezembro de 2002 a Julho de 2004" para Ceca. *Não publicado*, 2004a
- ITCP-USP. "Relatório do projeto de desenvolvimento de Rede Solidária - Capão Redondo / Jardim Ângela / Campo Limpo / Jardim São Luís" *Não Publicado*, 2004b
- ITCP-USP. "Primeiro Relatório Técnico Parcial - Proninc." *Não Publicado*, 2005a
- ITCP-USP. "Segundo Relatório Técnico Parcial – Proninc." *Não Publicado*, 2005b
- ITCP-USP. "Relatório Técnico Parcial – RTS." *Não Publicado*, 2006
- ITCP-USP. "Relatório Técnico Final – Proninc." *Não Publicado*, 2007
- ITCP-USP. "Relatório Parcial – Banco Real", 2008
- ITCP-USP, GEPEM Gestão Sócio Ambiental. "Estudo de caso de Praia Grande", 2002
- LAPORTE, A.L; PATEO, F.V.; BENSADON, L.S. "Incubando um clube de trocas: proposta de desenvolvimento local" in *I Congresso da Rede de ITCPs*. Recife, 2006
- LISBOA, Armando de Melo. "Mercado e Economia Solidária" in Scherer-Warren, I. e Ferreira, J (orgs). *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*, São Paulo: Cortez, 2002
- MACHADO, Felipe; PATEO, Felipe e SCHMIDT, Virginia. Projeto Mercado-Escola in *Anais do III Encontro Internacional de Economia Solidária*. São Paulo. NESOL-USP, 2005. CD-ROM.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999 *apud* VIEIRA, Fabiano Mourão. 2005, *op. cit.*
- MANCE, Euclides André. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômicos e filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002
- MANCE, Euclides André. *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro, IFIL, Fase/DP&A, 2003
- MELLO, S.L; PATEO, F.V; SCHIMDT, V.L e BENEDITO, L. "Mercado-escola tecnologias sociais integradas para gerar oportunidades de trabalho" in *Revista Proposta* nº112:59-67, FASE, 2007
- MELLO, S.L; REGULES, M.P.P. "Por que o projeto das ITCPs é um projeto acadêmico?" *Não Publicado*, 2002
- NOVAES, Henrique. "Qual autogestão?" In: *Anais do V Encontro Internacional de Economia Solidária*. São Paulo, NESOL-USP, 2007, CD-ROM
- NOVELLI, Bruno. "Organizando coletivamente o consumo" In: *Anais do III Encontro Internacional de Economia Solidária*. São Paulo. NESOL-USP, 2005. CD-ROM.
- PIORE, Michael; SABEL, Charles. *The second industrial divide: possibilities and prosperity*. Nova York: Basic Books, 1984 *apud* CRUZ, Antonio Carlos Martins da. 2006, *op cit*
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000

- RUFINO, Sandra. “O processo produtivo autogestionário: a experiência da cooperativa do Sabor” In Souza, A.R. et alli. *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*, São Paulo: Contexto, 2003
- SALOMÃO, Inessa. *Cooperativismo: um modelo diferente tenta se apresentar*. Monografia, FEA/USP, 1999
- SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ, César. “Para ampliar o cânone da produção” In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a
- SCHMIDT, V.L. “Rede solidária da zona sul de São Paulo: dois anos depois...” in *I Congresso da Rede de ITCPs*. Recife, 2006
- SIES (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA). *Economia Solidária – Mapeamento São Paulo 2005 –2007*. São Paulo: ANTEAG, FINEP, SENAES/MTE, FPES, 2007
- SIGOLO, Vanessa M.; PATEO, Felipe, V. “Um estudo sobre desenvolvimento local solidário: conceitos e estratégias.” In MELLO, S.L et alli (orgs), *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais – vol 2*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: Repensando o Socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998
- SINGER, Paul. A Incubadora de Cooperativas da USP um ano e meio depois. *Não publicado*, 1999
- SINGER, Paul “Economia Solidária: um modo de produção e distribuição” In: SINGER, P; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. “Autogestão e o Socialismo: Oito Hipóteses para a Implantação do Socialismo via Autogestão” In: OLIVEIRA, Paulo Salles (org.), *O Lúdico na Cultura Solidária*, São Paulo: HUCITEC, 2001
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Aramo, 2002a
- SINGER, Paul. “Reflexões propositivas sobre as perspectivas do Programa Oportunidade Solidária a longo prazo.” *Não Publicado*, 2002b
- SINGER, Paul. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a
- SINGER, Paul. “Introdução” in MELLO, S.L.(org). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005b
- SINGER, Paul. “É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?”. In MELLO, S.L et alli (orgs), *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais – vol 2*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007
- TAUILLE, José Ricardo. “Do socialismo de mercado à economia solidária”, 2001. Disponível em TAUILLE, José Ricardo et alli, *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final, junho de 2004*, Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005
- VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VIEIRA, Fabiano Mourão. *Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul*, 2005. 456f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo